

Comunismo e jornalismo na ditadura militar: um caso de modernização à brasileira

Mônica Mourão¹

Os comunistas estavam espalhados em diferentes organizações de esquerda no Brasil da ditadura (1964-1985). Para fins deste artigo, vamos abordar apenas os jornalistas que eram filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Criado, em 1922, como Partido Comunista do Brasil, mudou de nome para Partido Comunista Brasileiro em 1961. No ano seguinte, dissidentes fundaram o Partido Comunista do Brasil, adotando a sigla de PCdoB, para diferenciá-lo do anterior.

A divergência que levou à existência de dois partidos comunistas no Brasil é consequência de um dilema comum aos PCs de diversos países e que permeou a história de ambos os partidos brasileiros. É o resultado da diferença, grosso modo, de duas táticas para se alcançar a sociedade socialista: se a partir da organização social dentro da legalidade ou da luta armada. Assim, ao contrário do que está associado ao imaginário comunista, pegar em armas para fazer a revolução nem sempre foi a prática defendida pelo Partido.

A oposição à ditadura militar brasileira também está fortemente ligada a essa ideia de ação armada. Mas além da oposição legal feita pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), havia outros grupos que não acreditavam que esse deveria ser o caminho trilhado para o fim do regime, e o PCB era um deles.

A presença de dezenas de jornalistas filiados ao PCB em redações de jornais conservadores, vista por essa ótica, não causa grande estranheza. Esses veículos, porém, não eram passivamente apoiadores do regime. Alguns encampavam inclusive propagandas anticomunistas. Além da abordagem anticomunista da cobertura jornalística, os diários distribuíam material de propaganda em forma de encartes (MOTTA, p. 240 e 248).

A contradição, portanto, permanece. Por que filiados ao Partido Comunista Brasileiro trabalharam como jornalistas contratados por empresas de comunicação conservadoras e até anticomunistas durante um dos regimes que os perseguiu? Acreditamos que algumas das chaves explicativas para a questão são a lógica partidária do PCB e sua concepção de modernização como uma etapa a ser cumprida para se chegar ao socialismo no Brasil. Nessa etapa, a aliança com a burguesia era necessária e ela se deu em vários âmbitos, inclusive no jornalismo, que já se pretendia “moderno”.

O debate sobre a modernização brasileira se insere numa preocupação mais ampla, compartilhada por intelectuais e dirigentes comunistas, pesquisadores (inclusive não marxistas) e organismos nacionais e internacionais (como Iseb e Cepal) durante décadas. A questão diz respeito

¹ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista Faperj. Email: monicamourao@gmail.com

a uma leitura adequada acerca de qual o modo de produção brasileiro, o que, para a vertente revolucionária, era uma resposta necessária para se elaborar a melhor tática para superar o capitalismo e, para os demais, para conseguir vencer a situação de dependência econômica em relação a outros países.

Em meio a esse debate, que se inicia na década de 1920, a partir da influência da III Internacional Comunista (Comintern), criada em 1919, e da Revolução de Outubro na Rússia, em 1917, o movimento operário brasileiro, então hegemônico pelo anarcossindicalismo, passa a ter um novo ator social: o Partido Comunista do Brasil (PCB). Para reivindicar-se comunista, o partido precisava atuar de acordo com os preceitos marxistas, o que implica numa necessária relação entre teoria e prática. O PCB, então, a despeito de todas as dificuldades de se ter acesso à bibliografia marxista no Brasil, precisava desenvolver-se também do ponto de vista teórico.

É nesse contexto de efervescência revolucionária internacional, escassez de teoria marxista no Brasil (muito dessa literatura ainda não havia chegado ao país) e hegemonia do anarcossindicalismo (cuja influência podia ser encontrada mesmo entre os pecebistas), que se inicia o esforço do partido em compreender a realidade para transformá-la. É difícil dizer, contudo, que há um pensamento desenvolvido pelo PCB; se ele existe, é formado pelas ideias que foram vencedoras em debates internos e acabaram por dar a linha de atuação partidária, consubstanciando-se em suas resoluções e informes. Mesmo intelectuais do partido apresentavam, por muitas vezes, divergências com as concepções majoritárias da sigla.

Porém, não se pode negar que o partido, que nasceu pequeno, em número e em influência política, em poucos anos conseguiu ser um ator fundamental – ainda para que se discordasse dele – num dos debates essenciais do pensamento social brasileiro: como levar o país a consolidar o processo de modernização?

O PCB e a interpretação do país: modernização à brasileira

Como fazer a revolução comunista no Brasil? A tese do PCB de que era necessário se aliar à burguesia nacional contra o feudalismo e o imperialismo se defrontou com o fato de que o seu pretense aliado estava inclinado a dar preferência a outros favorecidos e de que sua caracterização da realidade brasileira era marcada pela transposição pouco crítica de conceitos clássicos.

Boa parte do debate do pensamento social brasileiro se deu posteriormente se confrontando com essa posição do PCB, subordinada às análises que o movimento dos partidos comunistas no plano mundial, dominado pelo stalinismo soviético, exportava. São exemplos os casos da preocupação de Caio Prado Jr. (1966) com a “revolução brasileira”, de Florestan Fernandes (2006)

com a “revolução burguesa no Brasil” e de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1973) com sua “teoria da dependência”².

No caso de Caio Prado, o intenso debate acerca da caracterização do Brasil tinha como principal interlocutor o próprio PCB, ao qual o autor era filiado. Caio Prado discordava da análise do partido de que existiam resquícios feudais no país e considerava que o Brasil, desde sua “descoberta” por Portugal, fez parte de um empreendimento mercantil. As datas dos textos do historiador mostram o quanto o debate feito por ele estava diretamente ligado ao partido. Escreveu “Os fundamentos econômicos da revolução brasileira” em 1947, quando deveria acontecer o IV Congresso, adiado para 1953; “As teses e a revolução brasileira”, em 1960, ocasião do V Congresso; e publicou uma síntese da sua obra, “A revolução brasileira”, em 1966, para o VI Congresso, que ocorreu entre 1966 e 1967.

Segundo Caio Prado, a tese de resquícios feudais tem relação com o Programa da Internacional Comunista, adotado no VI Congresso Mundial, ocorrido em Moscou, em 1928. Sua avaliação se refere assim, não apenas à tese em si, mas à aplicação acrítica, no Brasil, de teorias elaboradas fora da realidade nacional. Essa tese do PCB se manteve inclusive durante a ditadura civil-militar (Toledo, 1998, p. 264).

Para Caio Prado, ao contrário do industrialismo europeu e norte-americano, onde a questão marxista clássica da produção era central, no contexto brasileiro de modernização tardia e incompleta, o principal era o mercado. O país teria assim uma classe econômica débil, e seu campo popular seria pouco coeso. No que tange à questão agrária, reside sua principal diferença em relação ao PCB. Segundo o autor, a maior contradição entre latifundiários monopolistas e camponeses não era a questão da posse da terra, pois não considerava haver resquícios feudais no Brasil. A ação acertada a se desenvolver nas regiões rurais seria, portanto, criar e fortalecer uma rede de sindicatos de trabalhadores na agricultura.

Nesse ponto, Caio Prado estava em concordância com a Resolução Política do PCB de 1960, que orientava os comunistas a “dar atenção principal aos assalariados e semiassalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas” (Vários Autores, 1976, p. 36-37). O mesmo documento, contudo, caracteriza a revolução brasileira como “anti-imperialista e antifeudal” (Ibidem, p. 34) e repetidas vezes menciona “relações pré-capitalistas” no campo. Justamente por isso, Caio Prado Jr. considera que

...a tese inscrita no citado texto do item 25 da Resolução não tenha passado de um cochilo dos seus redatores. Não se encaixa coerentemente no conjunto da Resolução, e está em completo desacordo com o restante de seu texto; e

2 A teoria da dependência não foi uma criação destes dois autores, mas eles fazem parte de um conjunto de pensadores que trabalhou com essa chave interpretativa.

naturalmente, em particular, com suas premissas teóricas. Não foi assim mais que uma réstia de luz em meio à escuridão, pois essa luz não vai além das poucas linhas em que se inscreve o texto citado. Tanto que logo em continuação imediata a ele, sempre no mesmo item, e sem ao menos abrir um novo parágrafo, passa a Resolução, em flagrante incoerência e inconsistência, a assunto distinto, não cogitando mais de questões ligadas à relação de emprego que constitui o tema do trecho anterior (Prado Jr. In Santos, 2007, p. 172-173).

A postura crítica de Caio Prado Jr. em relação ao partido repercutia na imprensa do PCB: Rui Facó publicou texto n’A Classe Operária, em 1947, como resposta a comentários do autor às teses do IV Congresso; Luiz Carlos Prestes rebateu as ideias do intelectual n’A Voz Operária, em 1956, e Paulo Cavalcanti lançou um folheto intitulado “Os equívocos de Caio Prado Jr.”, em 1967, como resposta ao livro “A revolução brasileira”. Porém, a inserção de Caio Prado ia além do PCB, através, por exemplo, de textos publicados pela revista Civilização Brasileira (de propriedade do comunista Ênio Silveira, mas com participação de intelectuais de diferentes matizes), importante espaço de debate de pensadores de esquerda durante o primeiro período da ditadura civil-militar.

Caio Prado Jr. manteve-se, assim, como forte crítico à tese pecebista dos resquícios feudais, apesar de permanecer também como integrante do partido. Sua postura, porém, foi considerada mais moderada que a do PCB pelo sociólogo da Universidade de São Paulo (USP) Florestan Fernandes, que posteriormente chegou a se eleger deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1968, Fernandes fez a seguinte observação sobre o programa proposto por Caio Prado: “seria perfeitamente exequível por uma burguesia nacional bastante autônoma, inteligente e criadora para combinar, em bases puramente capitalistas, alguma sorte de *welfare state* com crescimento econômico acelerado” (Fernandes apud Santos, 2007, p. 24).

Fernandes é o autor de outro livro consagrado entre a intelectualidade de esquerda: “A revolução burguesa no Brasil”, lançado em 1975, uma década depois de “A revolução brasileira”, de Caio Prado. Em busca de compreender a dinâmica das classes sociais no processo de modernização brasileira, Florestan Fernandes considera que houve uma revolução econômica, mas não política. A burguesia, no Brasil, preferiu compor com as oligarquias a assumir um papel que levasse à revolução política pendente para a esquerda, diferente da expectativa do PCB.

Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia “fazem história”. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais (Fernandes, 1975, 2006, p. 293).

Dessa forma, o aspecto conservador das burguesias é que predominaria no país, mantendo não apenas o modo de produção capitalista, como também o vínculo de dependência com os países centrais. Além destes autores, foram de importante participação no debate público sobre a caracterização da situação brasileira intelectuais ligados a dois organismos: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Iseb, fundado em 1955, durante o governo Juscelino Kubitschek, reuniu intelectuais engajados, de posicionamento progressista. Segundo Caio Navarro de Toledo, não se pode afirmar que havia um pensamento único isebiano, mas seus autores se relacionaram com o pensamento marxista e com as políticas de esquerda. Não à toa, o Instituto – vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura, mas dotado de autonomia administrativa – foi extinto com o golpe de 1964.

Toledo discute como alguns isebianos se relacionaram com a ideologia pecebista nos anos 1950 e 1960, pontuando diferenças entre as posições teórico-políticas desses intelectuais. Hélio Jaguaribe, da primeira geração do Instituto, considerava, em 1953, que “só a socialização da economia suprime as relações de dependência econômica fazendo desaparecer o poder econômico privado” (Jaguaribe apud Toledo, 1998, p. 247). Em 1958, o autor deixou de usar expressões marxistas (como “luta de classes”), defendendo o nacional-desenvolvimentismo como caminho para superar a condição brasileira de dependência, em detrimento do socialismo. Este passou a ser visto como um perigo à segurança nacional, devendo seus agentes, identificados como os filiados ao PCB, serem reprimidos.

Postura crítica em relação ao Partido, porém de intenso respeito pela abnegação e disciplina de seus militantes, foi adotada por Alberto Guerreiro Ramos. O autor nunca teve posicionamento anticomunista, porém criticou (segundo ele, pela esquerda) o marxismo-leninismo (“estalinismo envergonhado”) e a dependência do PCB em relação às teses da Internacional Comunista e do Partido Comunista da União Soviética (Ibidem, p. 251-252). Ramos procurou ressignificar o conceito de “revisonismo”, usado pelos comunistas como um termo pejorativo relacionado à capitulação à direita, defendendo-o como um exercício necessário de crítica.

Guerreiro Ramos entrou em debate direto com Jacob Gorender, do PCB, que criticava as noções de ideologia do desenvolvimento e de sociologia nacional, por entender que as contradições existiriam entre classes sociais, não entre nações. Alinhava-se com Hélio Jaguaribe no que tange ao papel da burguesia, que lideraria o processo de desenvolvimento nacional, aproximando-se assim dos liberais e se afastando da esquerda populista, representada por Vieira Pinto, que considerava que o papel central no processo de desenvolvimento seria das massas populares.

Vieira Pinto, junto com Nelson Werneck Sodré, representa os isebianos de orientação marxista. De acordo com Toledo, Sodré seria o autor mais independente do Iseb, o que se

caracteriza pela falta de interlocução com seus colegas de Instituto e pelo seu posicionamento, único no grupo, contrário à tese da necessidade de se fabricar ideologias desenvolvimentistas. Para o historiador, a ideologia representava falsa consciência, assim como nas leituras marxistas ortodoxas.

Apesar de não defender a ideologia nacional-desenvolvimentista, Sodré considerava o nacionalismo como libertação, assumindo assim a mesma interpretação pecebista de que, junto às oligarquias tradicionais, o imperialismo era o principal inimigo da revolução no Brasil. Sodré também esteve alinhado ao Partido no que tange à tese da presença de relações feudais no país, assim como Alberto Passos Guimarães e Ignácio Rangel. Nesse ponto, eles se opunham à tese de Caio Prado Jr., que criticava o PCB e ganhou mais notoriedade do que a convicção na tese dos resquícios feudais.

A partir dos anos 1960, o Iseb intensifica sua atuação engajada de esquerda, envolvendo-se nas principais questões do início da década, até o golpe de 1964: apoio à candidatura Lott, defesa da legalidade constitucional na crise de 1961, apoio à restauração do presidencialismo. Muitos intelectuais isebianos atuaram junto ao Centro de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), nos Cadernos do Povo Brasileiro (publicação da editora Civilização Brasileira, do comunista Ênio Silveira) e do Comando dos Trabalhadores Intelectuais³.

Em período semelhante ao da atuação do Iseb, outro grupo de intelectuais tinha um projeto diferente. Os uspianos, nas palavras de Fernando Henrique Cardoso, em matéria d'O Estado de S. Paulo, em 07 de agosto de 1983, não dialogavam com o Iseb (e vice-versa), considerando-o

“[...] pouco rigoroso, não tinha a nossa bagagem acadêmica. Para o Iseb, o povo era o sujeito da História, enquanto para nós esse sujeito era indeterminado. Enquanto pensávamos em classe, o Iseb pensava em povo. Nós éramos, assim, uma 'esquerda acadêmica'. A verdade é que, na prática, o Iseb teve uma influência muito maior do que a do nosso grupo, que ficou isolado em São Paulo. Reconheço que fomos bastante cegos com relação às mudanças que ocorriam” (Cardoso apud Toledo, 1998, p. 274).

Em coautoria com Falleto, em 1975, FHC publicou “Dependência e desenvolvimento na América Latina”. A partir de demanda da Cepal, o livro era fruto de uma pesquisa comparativa entre nove países da América do Sul e a América Central, na qual utilizavam o conceito de dependência como “instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional” (Cardoso; Falleto, 1975, p. 139).

Os autores, não marxistas, desacreditavam do socialismo como uma saída viável para a

3 Ver mais na dissertação “Páginas de resistência: intelectuais e cultura na revista Civilização Brasileira”, de Rodrigo Czajka (2005).

situação brasileira de dependência, por considerar que a sociedade civil não estaria suficientemente forte e bem articulada para empreender essa mudança radical. Os autores acreditavam que “a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista-industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes assente-se em regimes políticos autoritários”, reforçando a ideia de falta de protagonismo popular, conforme afirmado pelo próprio FHC como uma diferença entre uspianos e isebianos (Ibidem, p. 138). Distinto também dos pesquisadores nacional-desenvolvimentistas, Cardoso e Falleto não condenavam a injeção de capital estrangeiro no Brasil como mecanismo de superação da condição de dependência.

Apesar de muitas vezes haver acentuadas diferenças entre as teses defendidas pelos autores e grupos aqui mencionados, um elemento importante na leitura feita por eles e pelo PCB é a associação da industrialização com o progresso e com a modernização, que abrange, de acordo com alguns autores (marxistas e não marxistas) e com o Partido, a revolução burguesa.

O papel “revolucionário” que o PCB reservou à burguesia nacional vai fazer com que em boa parte da história tenha se aliado ao trabalhismo varguista, mesmo tendo sido vítima da perseguição da ditadura durante o Estado Novo e sendo lançado à clandestinidade algumas vezes ao longo de sua história. O projeto desenvolvimentista de cores nacionalistas que defendia visava a extirpar as supostas correntes de um poder feudal e imperialista por meio do crescimento econômico dirigido por agentes da burguesia brasileira.

De que forma o PCB chegou à conclusão de que sua tarefa era combater as características pré-capitalistas remanescentes no Brasil e de que o caminho para a revolução passava necessariamente por uma aliança com setores da burguesia? A interpretação stalinista da teoria dos modos de produção de Marx compreendia-os como etapas sucessivas cronologicamente até a criação das condições materiais necessárias para o socialismo, o que viria após a sociedade baseada nas relações de produção burguesa. A adaptação destas ideias para o contexto brasileiro, junto com interpretações desenvolvidas por pesquisadores estrangeiros⁴, levou à ideia de que o país era dividido em dois *Brasis*: um moderno, industrializado e urbano; outro de tipo feudal, predominante no campo.

Assim, o Brasil seria um país *dual*, ainda atrasado no processo de evolução dos modos de produção. A noção de que o Brasil era um país cuja economia se apoiava nas “formas de exploração feudais” e na interpenetração do “capital industrial” e do “capital agrário” estava presente, por exemplo, em tese aprovada no III Congresso do PCB, em 1928 (DÓRIA, 1998, p. 214). Já no pós-guerra, Luiz Carlos Prestes reforçava essa visão:

⁴ Carlos Alberto Dória cita, por exemplo, Roger Bastide de Jacques Lamber (DÓRIA, 1998, p. 208).

Sem dúvida vivemos no regime capitalista; no entanto, se aprofundarmos a análise das relações de produção em nossa pátria, vamos verificar que na sua parte mais importante, naquela que determina o fator fundamental da economia nacional, as relações de produção não são tipicamente capitalistas. As relações de produção principalmente na nossa agricultura são tipicamente pré-capitalistas. São relações de regime anterior ao capitalismo. Os restos de regime escravista ainda existem em nossa pátria, e a eles me referi no meu último discurso. Os restos do feudalismo também ainda estão vivos. Por isso, nós, comunistas, definimos de semifeudal o regime social predominante, principalmente no nosso campo (Prestes apud Dória, 1998, p. 214).

Essa ideia de que os modos de produção se constituíam em etapas sucessivas, cuja culminância seria o estabelecimento da sociedade comunista, levava o PCB a considerar como tarefa do momento em que o Brasil ainda seria um país feudal o aprofundamento do capitalismo.

Segundo o PCB, o país ainda não tinha seu capitalismo plenamente desenvolvido e, por isso, a revolução deveria acontecer em duas etapas: uma para derrotar as forças conservadoras e outra para instalar o socialismo. Nessa primeira etapa, o papel da burguesia nacional seria fundamental, já que ela apresentaria, como característica necessária à revolução, um caráter antifeudal e antiimperialista, necessário para o fim do atraso e o pleno desenvolvimento nacional. Essa visão dualista se respalda no movimento comunista internacional. O programa aprovado pelo VI Congresso Mundial da Internacional Comunista, em 1928, ano de formação do Bloco Operário Camponês (BOC), afirmava que os países latino-americanos estavam em transição do feudalismo para o capitalismo:

Presumiu-se então [...] que, não se encontrando naqueles países coloniais, semicoloniais ou dependentes (era entre estes últimos que se colocaram os países latino-americanos, incluindo o Brasil) um desenvolvimento apreciável, eles se encontrariam, de acordo com o esquema geral adotado, em transição do feudalismo para o capitalismo. A sua etapa revolucionária seria portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução 'democrático-burguesa' segundo o modelo leninista relativo à Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo (Programa do VI Congresso Mundial da Internacional Comunista in Dória, 1998, p. 207).

A leitura que o partido fazia do Brasil relaciona-se diretamente com o projeto modernizador defendido pelos comunistas e com a tática de aliança com a burguesia nacional, que esteve presente em diferentes períodos da história do partido e deu o tom de toda sua atuação durante a ditadura civil-militar.

Algumas das chaves de compreensão de como se daria a revolução brasileira foram elaboradas por Lênin e por Gramsci e posteriormente adaptadas por diferentes intelectuais brasileiros. De acordo com a concepção leninista, fala-se de via prussiana quando a revolução não apresenta uma resolução jacobina da questão agrária, ou seja, não existe um rompimento brusco das

antigas relações de trabalho no campo. Gramsci, por seu turno, utiliza o termo revolução passiva para um processo semelhante de mudança histórica: o caso em que, diante de pressões vindas “de baixo”, dos movimentos populares, as elites promovem uma “restauração” social, atendendo a determinadas demandas, porém sem perder o controle do processo.

As táticas revolucionárias que podem ser propostas a partir desses conceitos têm o potencial de ser a mesma. Porém, as análises que dão respaldo a elas são radicalmente diversas. No primeiro caso, considera-se que se trata de países atrasados, de tipo oriental. São países em que ainda não se consolidou a chamada revolução burguesa, a modernização; ou seja, onde ainda subsistem resquícios pré-capitalistas ou feudais. A noção de “revolução passiva” sublinha os aspectos superestruturais das mudanças, o momento político, não as relações econômicas: “pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva [...] o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, por conseguinte, tornam-se matriz de novas modificações” (Gramsci apud Coutinho, 1998, p. 138).

Compreendendo-se a revolução como sendo formada por etapas, seu primeiro passo seria a formação dos Estados burgueses modernos. Na Itália, Gramsci considera que esse passo foi o *Risorgimento*, a unificação da Itália em torno de um único Estado-nação. O *Risorgimento* italiano é considerado, por Gramsci, um caso de revolução passiva e é também um exemplo de revolução burguesa.

Para o norte-americano Barrington Moore Jr., o termo designa “determinadas alterações violentas que se verificaram nas sociedades inglesa, francesa e americana, no seu caminho para a transformação em modernas democracias industriais” e “uma característica-chave dessas revoluções é o desenvolvimento de um grupo na sociedade com uma base econômica independente” (1983, p. 04). O autor criou uma tipologia que classifica três modos de organização das sociedades resultantes desse tipo de revolução: o capitalismo associado à democracia; a forma capitalista e reacionária; e o comunismo. A forma capitalista e reacionária pode ser compreendida como fascismo, sistema político e ideológico que foi um “instrumento para explicar a fase da passagem concorrencial à fase monopolista do capitalismo” (Coutinho, 1998, p. 140). De acordo com Gramsci, na Itália, “essa poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais” (Gramsci apud Coutinho, 1998, p. 140).

Assim, tem-se aqui um apanhado de análises e conceitos interligados entre si que ajudam a compreender a situação brasileira e o posicionamento do PCB em relação a elas. Em última instância, a temática que os une é a modernização brasileira, que está relacionada à industrialização e pode ser compreendida como consolidação da revolução burguesa. Essa revolução implica, entre outras coisas, numa racionalização da política, assemelhando-se ao processo de modernização do jornalismo.

Referências bibliográficas

- BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- CARONE, Edgard. *O PCB*. Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Difel, 1982.
- CHILCOTE, Ronaldo H. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Gramsci no Brasil: recepções e usos”. In MORAES, João Quartim de (org). *Campinas: Editora da Unicamp, 1998. História do marxismo no Brasil* vol. III. Campinas: Editora da Unicamp, p. 123-157, 1998.
- DÓRIA, Carlos Alberto. “O dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução Brasileira”. In: MORAES, João Quartim de (org). *História do marxismo no Brasil* vol. III. Campinas: Editora da Unicamp, p. 201-244, 1998.
- FALCÃO, Frederico José. *O “Relatório Secreto” de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise*. Anais da Anpuh, 2006. [on line] Disponível na internet em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcao.pdf>. Acessado no dia 09 de agosto de 2008.
- FERNANDES, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GERRATANA, Valentino. “Stalin, Lenin e o marxismo-leninismo”. In HOBSBAWM, Eric. *História do marxismo*. Vol. 09. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- IASI, Mauro Luís. *O PT e a revolução burguesa no Brasil*. [on line] Disponível na internet em https://docs.google.com/file/d/0B_s4202oxQXfNzKxN2hWb2VQSIE/edit?pli=1 Acessado no dia 03 de agosto de 2014
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.
- MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTANA, Marco Aurélio. “Partidos e Trabalhadores na Transição Democrática: A Luta pela Hegemonia na Esquerda Brasileira”. In DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, no 3, pp. 787 a 826, 2012.
- SANTOS, Raimundo (org). *Caio Prado Jr.: dissertações sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, Fundação Astrojildo Pereira, 2007.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- TOLEDO, Caio Navarro de. “Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo”. In: MORAES, João Quartim de (org). *História do marxismo no Brasil* vol. III. Campinas: Editora da Unicamp, p. 245-274, 1998.
- VÁRIOS Autores. *Documentos do Partido Comunista Brasileiro*. Lisboa: Edições Avante!, 1976.
- WORONTZOFF, Madeleine. *Nome: Lenine. Profissão: Jornalista*. Lenine e a imprensa

revolucionária. Lisboa: Antídoto, 1977.

Documentos

PRESTES, Luiz Carlos (Pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil) Rio, 1º de agosto de 1950. In Voz Operária. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950.

“O partido – instrumento fundamental da transformação revolucionária”, 1997